

Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017

Land grabbing, land rush, land control and land foreignization: an analysis of the themes and trends of academic production between 2009 and 2017

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n2.p34](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n2.p34)

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). ORCID: orcid.org/0000-0002-2352-1760. E-mail: lorena.izap@gmail.com.

Lorena Izá Pereira¹

Recebido em: 08 de Setembro de 2017.

Aceito em: 23 de Setembro de 2017.

RESUMO

A partir de 2008 intensifica-se em escala global o interesse na apropriação de terras para a produção agrícola e/ou especulação imobiliária. Tal processo gerou impactos em diferentes esferas e a inserção do tema do *land grabbing* - nos seus diferentes termos - nas agendas de pesquisa foi um destes. Desta maneira, o objetivo foi analisar a produção acadêmica pautada na intensificação do *land grabbing*, identificando os principais elementos, debates, discursos e escalas de análise destacados nas principais pesquisas publicadas em escala global sobre o tema. Para atingir este objetivo, aplicamos como procedimento metodológico o levantamento e análise de diferentes formatos de trabalhos que tenham como objeto de análise o *land grabbing* e mapeamos os países nos quais as instituições onde as pesquisas são desenvolvidas estão localizadas e os países alvos das pesquisas. Observou-se um redirecionamento nas agendas de pesquisa envolvendo o mundo rural, na qual podemos identificar duas fases distintas nas publicações científicas sobre o *land grabbing*, o que mostra a evolução do entendimento do mesmo pelas instituições, governos e academia. Também foi possível verificar a existência de uma rede de pesquisas, onde o principal nó é o International Institute of Social Studies (ISS), da Erasmus University Rotterdam, nos Países Baixos.

Palavras-chave: Land grabbing. Controle de terras. Estrangeirização da terra. Produção acadêmica.

ABSTRACT

Since 2008, the interest in the appropriation of land for agricultural production and/or speculation intensifies on a global scale. This process generated impacts in different spheres and the insertion of the land grabbing theme - in its different terms - in the research agendas was one of these. In this way, the objective is to analyze the academic production based on the intensification of land grabbing, identifying the main elements, debates, discourses and scales of analysis

highlighted in the main research published on a global scale on the subject. In order to reach this objective, we applied as methodological procedure the survey and analysis of different formats of works that have as object of analysis the land grabbing and mapped the countries in which the institutions where the researches are developed are located and the countries that are the target of the surveys. There was a redirection in research agendas involving the rural world, in which we can identify two distinct phases in the scientific publications on land grabbing, which shows the evolution of the understanding of the same by the institutions, governments and academia. It was also possible to verify the existence of a research network, where the main *node* is the International Institute of Social Studies (ISS), of Erasmus University Rotterdam, in the Netherlands.

Keywords: Land grabbing. Land control. Foreignization of land. Academic production.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado intitulada *apropriação do território paraguaio por argentinos, brasileiros e uruguaios: controle da terra, estrangeirização e resistência camponesa*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), sob orientação do Prof. Dr. Bernardo Manganho Fernandes e do estágio de pesquisa no exterior, com o título *theoretical and conceptual preparation for the study of foreignization of land in Paraguay*, realizado no *Political Economy of Resources, Environment and Population* (PER), do International Institute of Social Studies (ISS), da Erasmus University Rotterdam (EUR), sob a orientação do Prof. Dr. Saturnino M. Borrás Júnior. Em ambos os projetos, os processos intitulados de *land grabbing* - que aqui chamamos de controle de terras² - e estrangeirização da terra são centrais para compreender o atual contexto de transformações agrárias em escala global.

A partir de 2007/2008, em um contexto que Borrás Júnior et al. (2012; 2013) intitulam de convergência de crises - alimentar, ambiental, energética e financeira - intensificou-se a apropriação de terras pelo capital para diferentes fins. Diante deste contexto, emergiu em escala global uma série de pesquisas sobre a temática, com diferentes perspectivas, escalas de análise e elementos que permitam a interpretação da corrida mundial por terras. Mídias nacionais e internacionais também foram tomadas por reportagens e denúncias sobre tal processo, especialmente em países asiáticos, africanos e latino-americanos, bem como a criação de diferente banco de dados interativos³ e plataformas de sistematização de notícias⁴, embora Oya (2013a) nos alerte para o fato da possível superestimação dos dados. As pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra, como já sinalizaram Edelman, Oya e Borrás Júnior. (2013), não apresenta consenso, nem em relação a como intitular o processo, muito menos sobre a historicidade, impulsionadores e agentes, a única consonância é o reconhecimento de que a apropriação de terras pelo capital realmente intensificou-se a partir de 2007.

Como destaca Holt-Giménez (2012), *land Grabbing é manchete* ou Sauer e Borrás Júnior. (2016) *há uma corrida na produção acadêmica sobre a apropria-*

2. A corrida mundial por terras é frequentemente abordada pelo termo em inglês *land grabbing*. Contudo, há uma questão de tradução que gera confusão ao tratar deste processo. Quando traduzido para o português o termo *land grabbing* significa grilagem de terras, que no Brasil remete a um processo histórico de apropriação ilegal de terras públicas após a Lei de Terras de 1850, isto é, não carrega o mesmo sentido daquilo proposto no *Land Grabbing*. Pesquisadores brasileiros, como Fernandes (2009 e 2011) utilizam o termo estrangeirização da terra como sinônimo de *land grabbing*, o que segundo Borrás Júnior et al. (2012) é uma confusão metodológica e para pesquisadores estrangeiros esta questão já foi superada, mas no caso das pesquisas no Brasil ainda não. Para evitar equívocos, Pereira (2016) propôs a utilização do termo *controle de terras* ao invés de *land grabbing*, a autora analisou diversos trabalhos de diversas áreas do conhecimento e instituições e identificou que o elemento central do *land grabbing* é o controle de terras e que a estrangeirização da terra seria um elemento deste processo mais amplo de controle de terras.

3. Um exemplo é o Portal Land Matrix, que se constitui como uma iniciativa independente de monitoramento de transações de terras em escala global. Maiores informações (LAND MATRIX, 2017).

4. Outro exemplo é o Farm Land Grab, que se configura como um portal de sistematização em escala global no qual reúne reportagens publicadas sobre transações de terra, resistência e conflitos.

ção *global de terras*. Isso ocorre porque o controle de terras e a estrangeirização compreendidos como a intensificação da territorialização do capital para a produção de *commodities* e especulação produz novas realidades e territorialidades que a academia busca compreender. Assim, a realidade em movimento justifica a intensificação nas pesquisas sobre a temática.

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a produção acadêmica sobre os processos de *land grabbing*, *land rush*, controle e estrangeirização da terra a partir da intensificação dos mesmos, identificando os principais elementos, debates, referenciais teóricos, discursos e escalas de análise destacados nas principais pesquisas sobre o tema. Adiantamos que o *land grabbing* - termo utilizado pela maioria da comunidade acadêmica internacional para se referir a atual corrida mundial por terras - não é sinônimo de estrangeirização, expressão bastante utilizada nos estudos da América Latina. O debate entre *land grabbing* e estrangeirização é um tópico bastante presente na agenda sobre a corrida mundial por terras e no Brasil é uma questão bastante delicada, uma vez que a tradução de *land grabbing* de *palavra por palavra* para o português é *grilagem de terras*, processo totalmente diferente do *land grabbing*.

Borras Júnior et al (2012 e 2013) ao delimitarem os elementos essenciais para a compreensão da corrida mundial por terras na América Latina também salientaram o equívoco conceitual de abordar a estrangeirização como sinônimo de *land grabbing*. A partir de uma densa revisão bibliográfica e debates com demais pesquisadores sobre a temática, propomos a abordagem do processo de *land grabbing* como controle de terras. Esta proposta está pautada nos trabalhos de Peluso e Lund (2011) e Borras Júnior et al. (2012, 2013), que elencam o controle de terras como elemento essencial para entender o que os autores intitulam de *land grabbing*. Como não há uma tradução para o português do *land grabbing* que realmente especifique o que o processo corresponde, entendemos que controle de terras mostra a essência do processo⁵. Neste sentido, a estrangeirização seria um elemento de um processo mais amplo de controle de terras e no caso da América Latina o elemento principal. Esta proposta teórica será melhor fundamentada no decorrer deste artigo.

Para atingir o nosso objetivo, este artigo está estruturado em três seções além da introdução, procedimentos metodológicos e considerações finais. A primeira seção intitulada *intensificação no controle de terras no século XXI: convergência de crises*, em que apresentaremos um panorama do contexto em que o processo de controle de terras emergiu, ou seja, na convergência de crises. Na sequência abordaremos a intensificação da produção acadêmica que tem como foco os processos de controle e estrangeirização da terra, elencando os elementos e discursos presentes nas duas fases de produção acadêmica: a fase *making sense* (2009-2012) e a fase *deepening our understanding* (2013-2017), fase do fazendo sentido e fase do aprofundando nosso entendimento, respectivamente. Por fim, na terceira seção intitulada *rede de produção acadêmica sobre controle e estrangeirização da terra: instituições de origem das pesquisas e países alvos das pesquisas*, em que é uma tentativa de esboçar uma rede dos estudos sobre as controle e estrangeirização da terra, evidenciando quais são os países alvos das pesquisas e quais são as principais instituições de origem das pesquisas.

5. Enfatizamos que no decorrer das disciplinas cursadas no ISS Borras Júnior em todos os momentos destacou que não há termo perfeito para designar o atual processo, reconhecendo o próprio *land grabbing* como problemático. Segundo Borras Júnior, não importa o termo utilizado para se referir ao atual processo, porém o mesmo destaca que os termos carregam a intencionalidade dos autores. Borras Júnior também citou que a expressão *aquisição de terras em larga escala* não é adequada, uma vez que camufla a contradição do processo.

Procedimentos metodológicos

O artigo foi construído através de metodologias qualitativas de pesquisa. A base deste artigo está na análise de diferentes trabalhos em distintos formatos - livros, artigos publicados em periódicos, documentos de trabalho, trabalhos de conclusão (monografias, dissertações e teses), artigos publicados em anais de eventos e relatórios de instituições multilaterais, grupos de pesquisa e ONGs - que tenham como tema principal o controle e estrangeirização de terras. Ao todo analisamos 215 documentos nos idiomas português, espanhol, inglês e francês, classificados de acordo com a categoria de publicação, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de trabalhos analisados de acordo com a categoria da publicação

Artigos publicados em periódicos	122
Documentos de trabalho	07
Relatórios	10
Artigos publicados em anais de eventos	41
Trabalhos de conclusão (monografias, dissertações e teses)	35
Total	215

Fonte: Elaborado pela autora.

A busca pelos artigos publicados em periódicos, documentos de trabalho, relatórios e trabalhos de conclusão ocorreu através das bases *RePub*, disponibilizada pelo ISS, Google Scholar; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e repositórios da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP).

No caso dos trabalhos publicados em anais de eventos científicos, selecionamos os seguintes eventos: *Global Land Grabbing* (2011); *V Simpósio Internacional (SINGA)* (2011); *VI Simpósio Internacional e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA)* (2013); *VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA)* (2015); *I Global Land Grabbing* (2011); *I Global Land Grabbing* (2012); *International Conference Program in Agrarian Studies Yale University* (2013); *XVII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)* (2014); *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)* (2016); *V Critical Agrarian Studies Colloquium* (2014); *VI Critical Agrarian Studies Colloquium* (2016); *VII Critical Agrarian Studies Colloquium* (2017); *XV Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)* (2015); *XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)* (2017); *XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)* (2015); *XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)* (2016) e *VII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais* (2016) e *World Bank Land and Poverty Conference* (2017).

Ressaltamos que nos eventos que tem como objeto questões relacionadas ao campo, como o ENGA e SINGA, apenas nas edições após 2011 tem surgido trabalhos relacionados com a questão do controle e estrangeirização da terra. Também é necessário destacar que com a intensificação da corrida mundial por terras, novos eventos foram criados com o

tema específico, como a *Conferencia Regional de Acaparamiento de Tierras en las Américas*, realizada em São Paulo (Brasil) no ano de 2015 e *I Conferencia Internacional Tierras y Territorios en las Américas: acaparamiento, resistencias y alternativas*, organizada em Bogotá (Colômbia) em 2016, o que possibilita o aprofundamento da temática. Por fim, sublinhamos que foi utilizado o *software PhilCarto* para a elaboração do mapa aqui apresentado e o *software Adobe Illustrator* para a edição e *layout* do mesmo.

Intensificação no controle de terras no século XXI:

convergência de crises.....

O controle e estrangeirização da terra se configuram como processos cíclicos (EDELMAN; LEÓN, 2014; SASSEN, 2013) e que cada fase é marcada por novos elementos que são reflexos da realidade de determinado momento. O atual período de intensificação do controle e estrangeirização da terra é resultado de um processo global de convergência de crises, no qual Borrás Júnior et al. (2012 e 2013) declaram que o traço distintivo do que os autores intitulam de *atual land grabbing* é que este ocorre no interior e por causa da dinâmica de estratégias de acumulação de capital que respondem a convergência de múltiplas crises: financeira, alimentar, energética, ambiental e climática.

A crise financeira que teve o seu ápice em 2007/2008 - resultado de uma crise de sobreacumulação iniciada já na década de 1970 (HARVEY, 2003) - nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa gerou a necessidade de diversificação no portfólio de investimentos do capital financeiro e a terra se configurou como uma alternativa rentável, inaugurando um novo agente nas apropriações de terras em larga escala: os fundos de investimento. Assim, há um aumento da financeirização da agricultura, isto é, tendência para que a obtenção de lucros ocorra cada vez mais através de meios financeiros e cada vez menos via atividades produtivas (FAIRBAIRN, 2014). Deste modo, com a crise de sobreacumulação, o capital financeiro necessita de novas alternativas para o investimento e como cita Harvey (2011), a aquisição de terras em larga escala é uma forma de absorver o capital sobreacumulado.

Concomitante a crise financeira, vivemos um período de crise e/ou receio de uma futura crise energética proporcionado por diferentes fatores, como pautado em um discurso de aquecimento global devido à utilização de combustíveis fósseis, esgotamento gradual das fontes de petróleo e instabilidade política na relação com os países produtores deste recurso. Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 51) “a crise do petróleo têm colocado em questão o futuro da produção de energia, fazendo com que governos e empresas invistam na terra para produzir agrocombustíveis”, Tais fatores faz com que empresas transnacionais e Estados passem a investir em fontes alternativas de produção de energia. É neste cenário de uma mudança na matriz energética que o interesse em terras agricultáveis emerge no sentido de uma *segurança energética*. A produção de agrocombustíveis se dá através do milho (EUA) e, na maior parte, através da cana-de-açúcar, como no caso do Brasil. De acordo com Sassen (2013), o interesse no agro-

combustível seja o elemento chave para compreender a fase atual da corrida por terras.

Tomamos como exemplo o Brasil, em que a partir dos anos 2000 há uma intensificação apropriação de terras para o cultivo de cana-de-açúcar, anterior ao ápice da crise financeira. Segundo dados da Pesquisa Agropecuária Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001 o Brasil possuía 5.022.490 hectares destinados ao cultivo de cana-de-açúcar, com uma produção de 344.292.922 toneladas. Em 2009, um ano após ao apogeu da crise financeira, a área plantada foi de 8.845.833 hectares e a produção de 691.606.147 toneladas. Já no ano de 2015, a área destinada a produção foi de 10.161.622 hectares, totalizando em 748.636.167 toneladas. Ou seja, de 2001 a 2015 a produção desta *commodity* mais que dobrou.

Estes dados evidenciam que novas terras foram incorporadas na produção de cana-de-açúcar, terras que antes eram utilizadas para outros cultivos alimentares - e *commodities* - pastagens ou que poderiam ser utilizadas para a reforma agrária, foram anexadas pelo setor sucroalcooleiro para a produção de cana-de-açúcar para a produção de agroenergia. A expansão da cana-de-açúcar têm um impacto direto na produção de alimentos, uma vez que substitui-se a produção de alimentos pelo cultivo da cana, possibilitando o surgimento de uma outra crise: a crise alimentar.

No caso da crise alimentar, além de ser propiciada pela preocupação de substituição de terras para o cultivo de cana, soja e outras *commodities*, há, ao mesmo tempo, a preocupação com o aumento da população mundial. A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) em 2009 divulgou um documento intitulado *Global agriculture towards 2050*, afirmando que em 2050 a população mundial está projetada para nove bilhões de habitantes. O cálculo “um maior número de bocas para alimentar somado com a diminuição de terras destinadas a produção de alimentos” causou e têm causado muitas preocupações por parte de instituições multilaterais e governos, que buscam adquirir terras em outros países para a produção de alimentos e garantia de uma segurança alimentar (COTULA, 2012). Contudo tais justificativas proporcionam falsos discursos, pois empresas e até mesmo governos buscam terras para a produção de *commodities* em larga escala com a justificativa de promoção da segurança alimentar. É importante considerar que a crise não é que temos pouca produção de alimentos, mas sim envolve o aumento nos preços de alimentos, conhecido como *agroinflação* (FEODOROFF, 2013).

Já as crises ambiental e climática estão diretamente relacionada com a crise energética, pois o discurso de aquecimento global, mudanças climáticas e aumento no *buraco* da camada de ozônio está relacionado com a emissão de gases poluentes oriundos de combustíveis fósseis. Essa crise promove o *Green Grabbing*, ou seja, a aquisição de terras em larga escala pautada no discurso de conservação ambiental. O *Green Grabbing* - ou grilagem verde em uma tradução livre - ocorre através do mercado de crédito de carbono, das práticas de ecoturismo, das aquisições de terras para fins de pesquisa e de conservação, ou seja, utilizam do discurso de que é necessário vender a natureza para preservá-la. Fairhead, Leach e Scoones (2012) argumentam o *Green Grabbing* gera a *comoditização da natureza*.

A convergência de múltiplas crises é o que torna o atual controle e a estrangeirização da terra distintos daqueles observados em períodos anteriores. Tais crises além de deixarem países realmente preocupados e instituições preocupados, com questões relacionadas a produção de alimentos e problemas ambientais, ao mesmo tempo proporcionaram alternativas para a expansão do capital financeiro na agricultura - que está em uma crise de sobreacumulação desde a década de 1970 - e pretextos para empresas e fundos de investimento acumularem cada vez mais capital, utilizando como discurso a conservação do meio ambiente e o combate à fome. A ascensão do controle e estrangeirização da terra resultou em uma corrida - *mundial* - na produção intelectual sobre o referido tema, onde instituições multilaterais e governamentais, organizações não governamentais, movimentos sociais e academia produzem pesquisas e reproduzem discursos, levantam e sistematizam dados, que permitem o debate e a análise sobre o controle e estrangeirização da terra, como faremos a seguir.

..... Intensificação da produção acadêmica sobre o controle de terras

De acordo com Borrás Júnior e Franco (2010), o termo *land grabbing*, entendido como transações de grandes extensões de terras (trans) nacionais, foi primeiramente popularizado por grupos ativistas na intenção de se oporem a este processo, como o caso da *Foodfirst Information and Action Network* (FIAN). Contudo, com a ampla disseminação do tema na mídia em escala global, o controle e a estrangeirização da terra foram apropriados pela academia e outros agentes - empresas, fundos de investimentos, instituições multilaterais e governos - que inclusive pregam os benefícios desta transação de terra em grande escala. A partir de 2009 inúmeras pesquisas se iniciaram em escala global.

A maioria dos países objetos das pesquisas emergentes neste momento sobre o controle e a estrangeirização da terra estão localizados na África, América Latina e Ásia, pois segundo Sauer e Leite (2012) são os principais alvos dos processos aqui estudados, embora seja necessário destacar que no decorrer dos anos pesquisas sobre outras localidades foram iniciadas, como a de Ploeg, Franco e Borrás Júnior (2015). É igualmente relevante enfatizar que parte significativa da produção científica sobre o controle de terras e estrangeirização da terra está concentrada no ISS, como veremos na terceira seção deste artigo.

Baseado na pesquisa de Edelman, Oya e Borrás Júnior (2013) e nos aproximadamente 200 trabalhos analisados, podemos identificar duas fases nas pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra: a fase *making sense* (fase do *fazendo sentido*), que compreende ao período de 2009 à 2012 e a fase do *deepening our understanding* (fase do *aprofundando nossa compreensão*), que corresponde as pesquisas de 2013 até o momento atual.

..... Fase *making sense*: a fase do fazendo sentido (2009-2012)

Nesta primeira fase abordada por Edelman, Oya e Borrás Júnior (2013) como *fase do fazendo sentido*, englobam as pesquisas seminais que tinham como foco o controle e estrangeirização da terra - através da uti-

lização de termos como *land grabbing*, *land rush* ou *acaparamiento de la tierra*. A maioria dos trabalhos publicados neste período procuraram responder perguntas mais amplas, tais como: Quem está envolvido? Quem são os *drivers* ou impulsionadores? A atenção também estava demasiadamente focada nas escalas de investimentos, sobretudo no que tange a extensão territorial das transações de terra, o que mais tarde Edelman (2013) criticou como *fetichização* do hectare.

Sobre os *drivers*, ou seja, os impulsionadores da corrida mundial por terras, a justificativa principal no primeiro momento, decorre do discurso da mídia e das instituições da necessidade da apropriação de terras para a produção de alimentos (COLUTA, 2012) e agrocombustíveis (FERNANDES, 2009; SASSEN, 2013) através da produção de *commodities flexíveis* (SAUER, 2011) em espaços vazios ou marginais (NALEPA, 2011) - no ponto de vista do capital e não das comunidades afetadas. Contudo, o processo é muito mais amplo e complexo, envolvendo discursos, formas, estratégias e diferentes agentes nem sempre transparentes, cujo objetivo é o controle do território.

O âmago estava nos agentes do processo, o que a literatura internacional intitula de *players do land grabbing*, uma vez que nesta primeira fase o argumento hegemônico era que o principal agente eram empresas estatais e fundos soberanos da China, visto que a China têm apresentado elevado crescimento econômico, expansão de suas atividades em todo o globo e elevado crescimento populacional. Centrar a atenção na expansão chinesa como justificativa para a acentuação da corrida mundial por terras como muitos trabalhos fizeram neste primeiro momento é uma questão complicada, pois além de ignorar outros agentes envolvidos, tira o foco de agentes que realmente se apropriam de terras em larga escala e dos impactos desta aquisição, como o exemplo concreto da Índia, que inicialmente foi muito pouco citada, uma vez que foi ofuscada pelo enfoque demasiado dado pela mídia e pesquisadores.

Outra questão que tomou espaço nos primeiros trabalhos foi em relação os países alvo dos processos. As pesquisas foram centradas no controle e estrangeirização da terra em países da América Latina, África e Ásia. Realmente estes países são os principais alvos devido a disponibilidade de terras e demais recursos (água, qualidade do solo, biodiversidade, etc.) (SAUER; LEITE, 2012) facilidades possibilitadas pela legislação ambiental e trabalhistas e apoio dos Estados através de políticas públicas que facilitam as transações de terras e diminuem custos de produção, como políticas fiscais e financiamentos (PEREIRA, 2015a). Neste sentido, Feodoroff (2013) destaca que há uma *africanização* do processo, uma vez que, especialmente as instituições multilaterais, dão enfoque demasiado ao continente africano.

Destacamos que isso tende a ocorrer, pois a apropriação de terras pelo capital tende a ocorrer com maior intensidade no Sul Global, mas que não é exclusividade desta parte do globo, como pesquisas posteriores evidenciaram. Ainda em relação aos países alvos, instituições o Banco Mundial (2011) e pesquisadores como Deininger (2011)⁶ sustentaram que a aquisição de terras em larga escala ocorre substancialmente nos Estados com fraca governança, um exemplo é a Argentina, que compra terras

6. Klaus Deininger é economista pesquisador do Banco Mundial.

promove o controle e estrangeirização da terra no Brasil, ambos os países são soberanos, mas mesmo assim estão envolvidos nos dois lados do processo (MURMIS; MURMIS, 2012).

Este interesse ascendente na terra também gera uma necessidade de quantificar os dados, ou seja, a quantidade de terras transacionadas. Deste modo, foram criados diferentes bancos de dados, como o *Land Matrix*, que consiste em uma tentativa de quantificação e monitoramento das transações de terra; a iniciativa *Farm Land Grab*, como uma alternativa de sistematização de notícias publicadas em escala global sobre a apropriação de terras e os impactos gerados às comunidades tradicionais e o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) Estrangeirização, categoria de pesquisa deste banco de dados, da Rede DATALUTA⁷.

Tais bancos de dados foram pensados devido à escassez e falta de confiabilidade em bancos de informações oficiais de governos. Tomando como exemplo o caso do Brasil, em que as terras em posse de estrangeiros são regulamentadas e controladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), este sistema é auto declaratório, isto significa que cada empresa ou proprietário físico declara (ou não) a quantidade de terra adquirida sem uma fiscalização efetiva do governo. Tivemos acesso a base do SNCR para estrangeiros e em uma verificação apurada dos dados encontramos diferentes inconsistências, tais como propriedades cadastradas em municípios que não existem na base oficial do IBGE, terras declaradas em nome de igrejas, em prefeituras de municípios e demais irregularidades. Isto significa que além da magnitude total da apropriação de terras por estrangeiros no país não ser representada a partir do SNCR, os dados declarados são inconsistentes⁸.

Todavia, também é questionável os demais bancos de dados alternativos, como o *Land Matrix*, uma vez que muitas transações envolvendo a terra estão em estágios distintos, há contratos ainda em andamento (MAKKI; GEISLER, 2011) e, às vezes, nem são consumadas de fato, como é o caso de empresas chinesas que anunciaram em 2009 o investimento na compra de terras no estado da Bahia e até o momento estes investimentos não foram executados. Oya (2013a) apresenta críticas a tais banco de dados, destacando que os mesmos provocam análises equivocadas. Isso evidencia que além de saber e mensurar a área em posse do capital internacional, é importante olhar para reconfiguração das relações sociais, políticas e econômicas inseridas neste processo (FEODOROFF, 2013, p. 15).

Como podemos observar, nada é consenso quando o assunto é o controle e estrangeirização da terra, o único ponto que todos concordam é que estes processos de fato se acentuaram desde o início do século XXI. Isto culminou em um debate em escala global sobre como regulamentar a apropriação de terras, pois desde 2009 há muitas iniciativas contra tais processos devido aos impactos gerados pelos mesmos. Nesta perspectiva, emergiram no debate os códigos de conduta afim de *regulamentar* e tornar a apropriação de terras em larga escala *benéfico para todos os envolvidos*, como o Banco Mundial já alertou em 2011.

Primeiramente foram estabelecidos em 2010 os *Princípios para o Investimento Agrícola Responsável que Respeita os Direitos, Meios de Subsistên-*

7. A Rede DATALUTA é uma articulação entre 13 grupos de pesquisas sediados em diferentes universidades públicas brasileiras. A Rede compartilha um projeto em comum intitulado Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), no qual o objetivo é levantar, organizar e sistematizar dados da luta pela terra no Brasil. Atualmente o DATALUTA é composto por seis categorias de pesquisa: Assentamentos Rurais; Estrangeirização da Terra; Estrutura Fundiária; Manifestações; Movimentos Socioterritoriais e Ocupações de terra. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 2017)

8. Sauer e Borrás Júnior (2016) elencam algumas das possíveis causas do fato dos dados do SNCR apresentarem problemas, tais como a mudança na Constituição no ano de 1995, que extingue a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira e a não obrigação do envio de informações sobre as transações de terras dos cartórios de registro de imóveis ao INCRA.

cia e Recursos, por instituições multilaterais como Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Banco Mundial e Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). No ano de 2014, um novo código de conduta foi aprovado pela 41ª Sessão do CFS, intitulado como *Princípios para Investimento Responsável em Agricultura e Sistemas Alimentares* (CASTELLANELLI, 2017).

Apesar de representar uma primeira iniciativa dos governos, do setor privado, da sociedade civil, das agências das Nações Unidas e dos bancos, os códigos de conduta são voluntários, ou seja, não serão necessariamente seguidos e, quando são seguidos, são devidos aos investimentos dos investidores. Interesse em obter maior lucro. De acordo com Borrás Júnior e Franco (2010), os códigos de conduta propostos desviam a atenção dos problemas reais das transações de terras, argumentando que a apropriação da terra em larga escala é algo inevitável.

Estas questões se configuram como centrais nas pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra, configurando a primeira fase do *literature rush* (OYA, 2013ab). Estes pontos citados aqui, evidenciam uma mudança no foco em questões temáticas, conceituais e geográficas acerca do mundo rural, economia política, desenvolvimento territorial e relações geopolíticas. Novas temáticas foram inseridas nas agendas de pesquisa, configurando o controle e estrangeirização da terra no novos elementos da questão agrária (FERNANDES, 2011; MARQUES, 2011). Está é uma das críticas expressas por Oliveira (2010; 2011), que expõe a estrangeirização da terra como uma farsa do atual governo brasileiro para e retirar o foco da reforma agrária. Este posicionamento de Oliveira (2010; 2011) é um tanto quanto problemático uma vez que o controle de terras, e consequentemente a estrangeirização, são processos globais e que de fato se configuram como elementos da questão agrária e que devem ser considerados nas agendas governamentais e de pesquisa.

Estas questões que aparecerem nesta primeira fase tampouco foram superadas, sobretudo nas pesquisas das agendas latino-americanas, onde apesar dos processos que envolvem transações de terras em larga escala serem mais antigos neste continente, as pesquisas sobre a atualidade dos mesmos são recentes, emergindo principalmente a partir de 2014, com a realização de eventos regionais como a *Conferencia Regional de Acaparamiento de Tierras en las Américas*, realizada em São Paulo (Brasil) no ano de 2015 e *I Conferencia Internacional Tierras y Territorios en las Américas: acaparamiento, resistencias y alternativas*, em 2016, já citadas anteriormente.

Fase deepening our understanding:

a fase do *aprofundando nossa compreensão* (2013-2017)

Durante o estágio sob a supervisão de Saturnino Borrás Júnior no ISS, o mesmo destacou o que seria a segunda fase da literatura internacional sobre o que intitula de *land grabbing*: a fase denominada “*deepening our understanding*”, em uma tradução livre seria a fase do “*aprofundar a nossa compreensão*”. Nesta nova fase, que ainda está em vigência, as pesquisas

são mais refinadas, priorizando estudos de caso e trabalhos de campo, visando compreender que realmente está acontecendo em uma escala local, uma vez que o processo não é homogêneo, como cada comunidade é impactada e resiste a estas transações de terras. Nesta fase, as pesquisas tem um foco mais claro e algumas questões metodológicas e epistemológicas já foram superadas, especialmente a nível internacional.

Esta nova fase é inaugurada pelas edições especiais dos periódicos internacionais destinados a discussão da temática. Um destes foi o periódico *Globalizations*, que trouxe para o debate questões que antes pouco apareciam nas pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra, como a relação do chamado *land grabbing* com o regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2013) e em relação ao discurso demasiado em torno dos agrocombustíveis em que Woertz (2013) insere no debate os Países do Golfo, afirmando que no caso destes países a aquisição de terras era para fins de segurança alimentar, uma vez que na crise do petróleo de 1973 os Países do Golfo foram afetados com escassez de alimentos devido ao bloqueio da exportação de produtor agrícolas dos EUA. Outro periódico bastante expressivo e que contribuiu muito para a evolução das pesquisas na área foi a edição especial do *Third World Quarterly* - que depois deu origem ao livro intitulado *Global Land Grabs: history, theory and method*, organizado por Marc Eldeman, Carlos Oya e Saturnino Borrás Júnior e publicado em 2015.

O elemento principal que emerge nesta segunda fase é a dedicação destinada à compreensão do papel do capital financeiro nos processos de controle e estrangeirização da terra. De acordo com Frederico (2016, p. 26), “o capital dinheiro libertou-se da forma mercadoria, como investimentos de capitalistas industriais em capitais fixo e seguiu seu anseio de acumulação por meio de negociações financeiras”. Os fundos estão cada vez mais investindo na agricultura, sobretudo na aquisição de imóveis rurais em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Esta opção em investir em terras agrícolas é instigante, uma vez que a distinção entre fontes de lucro ditas ‘produtivas’ e ‘financeiras’ nem sempre é fácil de discernir (FAIRBAIRN, 2014; OUMA, 2014). Frederico (2016) afirma que no período de financeirização da economia há uma nova fase onde os agentes fundamentais são os fundos de investimento.

A financeirização dos mercados de terra e o desenvolvimento de complexos agroindustriais possibilitam a entrada de novos agentes e este novo entrelaçamento entre diferentes tipos de capitais expressam o novo caráter do capital no período da globalização neoliberal (KAY, 2012). De acordo com Buxton, Campanale e Cotula (2012), o interesse destes fundos de investimento é impulsionado pela expectativa de retornos elevados ligados ao aumento dos valores da terra e da produtividade e por um desejo de diversificar as carteiras de investimento e assim gerenciar melhor os riscos. Entender como os fundos de investimentos atuam na agricultura para a acumulação de capital é essencial para compreender, como diferentes agentes se articulam para controlar o território.

É necessário ressaltar que também emerge nas pesquisas os diversos agentes - *players* - do processo de controle e estrangeirização da terra, retirando o *mito* de que a corrida mundial por terras era impulsionada

pela China. Neste cenário, aflora o papel dos Estados receptores de investimentos em terra, a importância dos agentes locais, dos bancos de investimentos e instituições multilaterais na legitimação deste processo. Novos países tornam-se objetos de pesquisa e em todos os continentes do globo, quebrando a dicotomia entre *Norte-Rico-Apropriador* e *Sul-Pobre-Apropriado*. Exemplos evidentes desta evolução na agenda são os trabalhos de Ploeg, Franco e Borrás Júnior (2015) e a pesquisa em desenvolvimento no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais/ Universidade Estadual Paulista (IPRI/UNESP) e University of Sydney intitulada “*a comparison of the regional dynamics of large-scale land acquisitions or ‘land-grabbing’, food security and food Sovereignty in Australia, South America and South East Asia*”⁹.

Como já expressei a dicotomia Norte-Sul é rompida e afloram muitas pesquisas em países antes não estudados e também investigações em escala local, tais como pesquisas de Clements (2015), McKay (2017) e Vinha; Pereira (2016), Buscioli (2016). Nas pesquisas analisadas neste artigo podemos identificar 34 países nos quais são escalas de análises, conforme será abordado na última seção deste artigo. Assim, as realidades locais e nacionais passam a ser evidenciadas nesta nova fase da agenda de pesquisas sobre controle e estrangeirização da terra, o que é essencial para compreender as singularidades do processo e dos impactos, uma vez que cada país e localidade possuem realidades, processos históricos e conformações políticas diferentes, logo, as formas de apropriação do território, impactos e respostas tendem a serem distintas dependendo do país.

Outra temática que emerge na agenda de pesquisa sobre o controle e a estrangeirização da terra é as formas de resistência frente a tais processos. Brent (2015) realiza uma crítica as pesquisas iniciais sobre o tema, afirmando que estas deixaram em segundo plano os impactos e resistências, enfocando apenas os agentes e impulsionadores. Mamonova (2015) declara que as primeiras pesquisas passaram a impressão de que as resistências ao controle de terras eram bastante simplificadas, quando na realidade é algo muito mais complexo. As pesquisas da segunda fase dão um enfoque maior nas formas de resistências, como os estudos de Borrás Júnior e Franco (2013), Hall et al. (2015), Alonso-Fradejas (2015), Moreda (2015; 2016) e Pereira (2015b). Estas pesquisas priorizam as diferentes formas de resistências das distintas comunidades locais, o que os autores intitulam de resistências *from below*.

Embora haja a evolução da agenda das pesquisas, Oya (2013b) argumenta que apesar da literatura sobre processos envolvendo transações de terras ter apresentado uma evolução em termos de temas e metodologias, ainda existem características gerais que persistem ao longo do tempo. As características que persistem de acordo com Oya (2013b) são:

- As práticas de denúncias referentes a grandes acordos de transações de terras, nas quais ainda há um fascínio pelo grande número de hectares envolvidos, que Edelman (2013) chama de fetichização de hectares;
- Atenção focada nos processos de negociação da terra, descrevendo os principais agentes e questões relacionadas à governança;

9. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e na qual a autora deste trabalho compõe a equipe de pesquisa.

- A dedicação excessiva sobre os agentes e impulsionadores das transações de terras em larga escala.

No caso da agenda de pesquisa sobre controle e estrangeirização da terra no Brasil, o debate ainda é controverso e reproduz questões que já foram superadas pela literatura internacional. Tais como se realmente há uma intensificação da corrida mundial por terras, como Oliveira (2010; 2011), questiona afirmando a *insignificância territorial das terras em poder de estrangeiros no Brasil*, uma vez que de acordo com o relatório de Pretto (2009) 0,53% do território brasileiro estaria em posse de estrangeiros. Além disso, Oliveira (2010) mantém o discurso de que o processo sempre existiu e que consiste em uma estratégia do governo em retirar dos holofotes a reforma agrária, política pública que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) não efetuou. Sauer e Borras Júnior (2016) apresentam uma crítica à Oliveira (2010), ressaltando que o pesquisador não considerou as lacunas e problemas nos registros e que também sublinharam que considerar a extensão territorial brasileira em posse de estrangeiros como insignificante está relacionada com a perspectiva adotada, pois 0,53%, segundo Sauer e Borras Júnior (2016) corresponde ao território da Holanda por exemplo.

Outra questão muito presente no Brasil diz respeito ao termo utilizado para designar a aquisição de terras em larga escala. Em países de língua inglesa os termos utilizados são *land grabbing*¹⁰ e *land rush*, em países no qual o idioma é o espanhol, o termo frequentemente utilizado é o *acaparamiento de la tierra*. No caso do Brasil, utilizam-se os termos *corrida mundial por terras* e *estrangeirização da terra*. Estas nomenclaturas não se diferem apenas pelo idioma, mas sim pelo sentido que carregam. Ao pé da letra, a tradução de *land grabbing* e *acaparamiento de la tierra* para o português seria “*grilagem de terras*”. No Brasil, o termo grilagem de terras remete a um processo histórico de “*apropriação ilegal de terras públicas por parte de especuladores*” (ALENTEJANO, 2012, p. 355) iniciado após a Lei de Terras de 1850 com o objetivo de falsificar títulos de propriedade. Assim, o significado que o termo *land grabbing* carrega remete a um processo recente e maior que grilagem de terras.

No Brasil, utiliza-se muito o termo estrangeirização da terra como sinônimo de *land grabbing*, o que é um equívoco, pois estrangeirização da terra passa a impressão de que apenas estrangeiros são agentes e impulsionadores das transações de terras, negligenciando agentes nacionais que são tão importantes quanto os agentes estrangeiros (FAIRBAIRN, 2015). Ocorre que a maior parte dos capitais envolvidos no processo intitulado de *land grabbing* são do Norte global e que os principais alvos são países do Sul global, logo, haveria uma estrangeirização da terra. O *land grabbing* é um fenômeno multifacetado (LIMA; LEITE, 2016), o que exige uma precaução maior em abarcar todos os agentes, elementos e dinâmicas, com o objetivo de entender o processo na sua essência.

Após analisarmos diferentes pesquisas sobre a apropriação de terras em escala global - *land grabbing* - observamos que o elemento central presente é o *controle da terra*. Deste modo, propomos a utilização da expressão controle de terras para designar as transações de terras, ou seja, o

10. O próprio termo *land grabbing* é problemático, como enfatizou Borras Júnior durante o estágio de pesquisa no ISS. Ao utilizar o termo terra, há a impressão da apropriação da terra por si só, quando na realidade a terra corresponde a um recurso especial, que carrega outros recursos, como cursos d'água, biodiversidade e entre outros, logo, é necessário considerar as múltiplas dimensões da terra.

land grabbing. Definimos o controle da terra como um processo de apropriação de terras, de territórios e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros), podendo ser realizada através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, das empresas de capital aberto e com ações *Free Float*, ou seja, ações destinadas a livre circulação, da concessão pública para a exploração do uso de superfície. Há a transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e fundos de investimentos nacionais e internacionais, produzindo novas territorialidades. A estrangeirização da terra se configura como um elemento do *land grabbing*, é o controle de terras pelo capital estrangeiro.

A proposição de uma expressão em português para se referir a corrida mundial por terras e substituir os termos *land grabbing* e estrangeirização da terra é muito importante, uma vez que o debate sobre o processo ainda é recente no Brasil e que não podemos - e não devemos - utilizar um termo em inglês, pensado e elaborado em outros países, para se referir uma realidade local, como no caso do Brasil. Assim, adotar a expressão *controle de terras* é um ato político. Não negamos a importância da literatura e das pesquisas internacionais sobre a temática, pois todos os estudos contribuem para o amadurecimento das pesquisas e do entendimento sobre os processos envolvendo o mundo rural. Ressaltamos que apesar do controle de terras ser um processo global, considerar as realidades locais é essencial para compreender como o mesmo ocorre e quais são impactos para os principais afetados, neste caso, a população camponesa e demais comunidades tradicionais.

A rede de produção acadêmica sobre controle e estrangeirização da terra: instituições de origem das pesquisas e países alvos das pesquisas

Diante do *literature rush* (OYA, 2013a), nas suas duas fases trabalhadas acima, diferentes instituições - de pesquisa e de ensino - de diversos países inseriram em suas agendas de pesquisa a temática do controle e estrangeirização da terra. As primeiras instituições a se dedicar ao estudo destes processos estão sediadas em países do norte global e apenas na segunda fase - *aprofundando nossa compreensão* - instituições do Sul global inseriram em suas agendas o temática do controle e estrangeirização da terra. As primeiras pesquisas se destinaram a compreender o controle e estrangeirização da terra em escala global e, quando apresentavam estudos de caso, eram em países da África ou América Latina. Conforme abordado anteriormente, isso vem mudando devido ao progresso das pesquisas.

Ao total foram analisados e organizados 215 artigos/pesquisas publicados entre 2009 à 2017, com exceção do relatório publicado pela FAO em 1999 intitulado *Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners*¹¹, optamos por deixar este trabalho na nossa análise devido a sua importância, uma vez que foi o primeiro relatório de uma instituição multilateral so-

11. Este relatório foi publicado primeiramente em 1995 a pedido da Lituânia, que estava preocupada com a aquisição de terras por estrangeiros no seu território, mas, ao mesmo tempo, tinha receio de que a restrição impactasse negativamente a tentativa do país entrar na União Europeia. A FAO elaborou o relatório organizando a aquisição de terras por estrangeiros em diferente países do globo, comparando a legislação de cada um.

bre as transações de terras em larga escala. No que tange o número de pesquisas e trabalhos publicados, inicia-se uma expansão a partir de 2011, atingindo o ápice em 2016, com 40 trabalhos publicados somente naquele ano. É importante destacar que a partir de 2011 eventos e edições especiais de periódicos começaram a ser organizados com enfoque específico no controle e estrangeirização da terra, como o caso da edição especial do *Canadian Journal of Development Studies* publicada em 2012 e que analisou o caso de cada país abordado no relatório da FAO sobre estrangeirização da terra na América Latina e Caribe, publicado em 2011. O Quadro 01 evidencia os trabalhos organizados de acordo com o ano de publicação, países alvos das pesquisas e países onde estão localizadas as instituições nas quais tais pesquisas foram desenvolvidas.

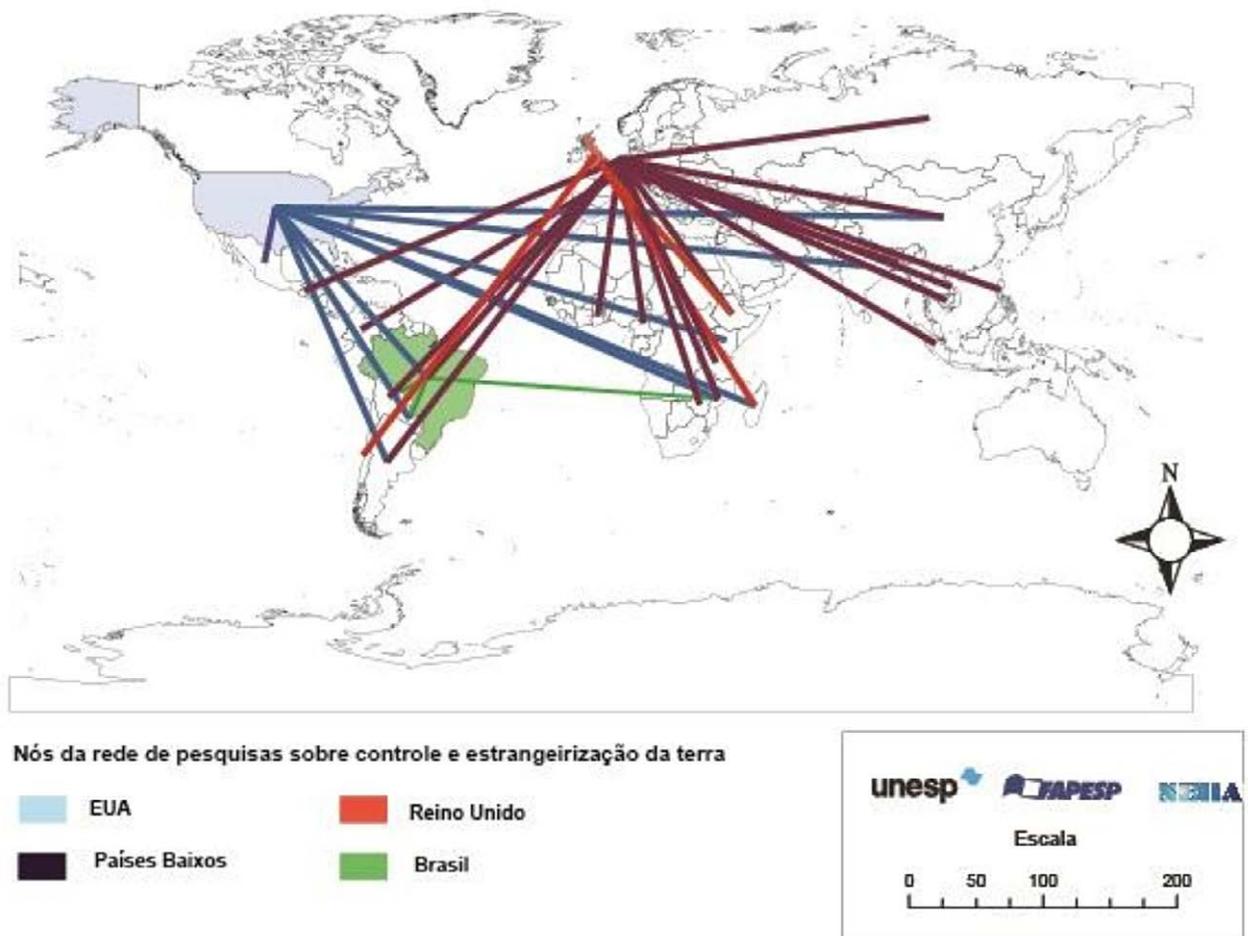
Quadro 01 - Número de pesquisas/trabalhos organizados de acordo com o ano de publicação, países estudados e países de origem onde as pesquisas foram desenvolvidas

Ano	Número de pesquisas/trabalhos publicados	Países (e escalas) de análise	Países das instituições na qual as pesquisas foram desenvolvidas
1999*	01	Global	EUA
2009	10	Global; Brasil; Camarões; Uganda; Tanzânia	EUA; África do Sul; México; Países Baixos
2010	09	Global; Argentina; Bolívia; Brasil; Filipinas	Argentina; Brasil; Índia; Países Baixos; Reino Unido
2011	18	Global; Brasil; Bolívia; Colômbia; Etiópia; Filipinas; Indonésia	Bélgica; Brasil; Canadá; EUA; França; Países Baixos; Reino Unido; Uruguai
2012	32	Global; Argentina; Bolívia; Brasil; Colômbia; Costa do Marfim; Etiópia; Gana; Guatemala; Índia; Indonésia; Myanmar; Paraguai; Quênia; Tailândia; Uruguai	Argentina; Bolívia; Brasil; Canadá; Colômbia; EUA; Gana; Países Baixos; Reino Unido; Paraguai; Uruguai.
2013	32	Global; Alemanha; Áustria; Bangladesh; Bolívia; Brasil; Bulgária; Etiópia; França; Hungria; Índia; Itália; Moçambique; Países do Golfo**; Romênia; Servia; Ucrânia	Áustria; Alemanha; Brasil; China; Canadá; Dinamarca; Espanha; EUA; França; Hungria; Itália; Noruega; Países Baixos; Reino Unido; Servia; Suíça
2014	19	Global; Argentina; Brasil; Chile; Honduras; Madagascar; Moçambique; Paraguai; Quênia; Tanzânia	Brasil; Canadá; EUA; França; Itália; Países Baixos; Reino Unido; Suíça
2015	33	Global; Argentina; Bolívia; Brasil; Colômbia; Etiópia; Guatemala; Indonésia; México; Moçambique; Paraguai; Ucrânia; Zimbábue	Argentina; Brasil; EUA; Países Baixos; Reino Unido
2016	46	Global; Argentina; Brasil; Camboja; Colômbia; Equador; Filipinas; Gana; Malawi; Moçambique; Paraguai; Senegal; Vietnã	Brasil; Canadá; Etiópia; EUA; Finlândia; França; Noruega; Países Baixos; Venezuela
2017	14	Global; Bolívia; Brasil; Índia; Moçambique; Paraguai	Brasil; Índia; Países Baixos
*Este relatório publicado pela FAO é o único documento de uma instituição multilateral sobre a aquisição de terras em larga escala.			
**Países do Golfo correspondem à Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Kuwait, Iraque e Irã.			

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 01, o grande alvo das pesquisas sobre controle e estrangeirização é a escala global, ou seja, trabalhos que analisam a dinâmica do processo como um todo, logo não há a análise de um recorte territorial específico. As pesquisas dedicadas à análise do processo são muito importantes, pois mesmo com um número significativo de pesquisas, o controle e estrangeirização são processos atuais, que estão acontecendo de modo cada vez mais complexo, o que demanda mais pesquisas. O Mapa 01 é uma tentativa de espacializar o fluxo das pesquisas que tem como abordagem principal o controle e estrangeirização da terra - utilizando os diferentes termos ressaltados neste trabalho - onde as linhas representam o fluxo de artigos/pesquisas do país da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida em direção ao país objeto do estudo.

Mapa 01 - Fluxo de pesquisas sobre controle e estrangeirização da terra de acordo com o país de origem da instituição na qual a pesquisa foi desenvolvida e país objeto de estudo (2009-2017)



Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange aos países alvos, a maior parte estão localizados no Sul global, sobretudo América Latina, África e Ásia, embora a academia já tenha superado o discurso de que o processo apenas ocorre nos países do Sul global, presente na primeira fase dos estudos sobre controle e estrangeirização da terra. Um marco importante é a publicação pelo Transnational Institute do relatório *Land concentration, land grabbing and people's struggles in Europe*, que apresenta o estudo de caso de dez países

européus - Alemanha, Andaluzia (território independente na Espanha), Áustria, Bulgária, França, Hungria, Itália, Romênia, Servia e Ucrânia. Neste caso observamos que os estudos de casos da Europa Ocidental, como França e Alemanha, as pesquisas foram realizadas por instituições e/ou organizações destes próprios países e no caso dos países do Leste Europeu, as pesquisas foram desenvolvidas por outras instituições, como o exemplo da Bulgária, em que o estudo foi realizado por pesquisadores do Reino Unido

No caso das nações que sediam as pesquisas, observamos um fluxo contrário. Há a prevalência de estudos oriundos do Norte global, nos quais a escala de análise são países do outro hemisfério. Isso ocorre porque a maior parte das instituições - com recursos e tradição em pesquisas - estão sediadas em países considerados desenvolvidos. Esta dinâmica é complicada, visto que evidencia um *imperialismo nas próprias pesquisas*. Evidente que todas as pesquisas desenvolvidas são importantes e contribuem para a evolução da ciência e para a criação de políticas públicas, apenas defendemos a importância de pesquisas sem desenvolvidas *em loco*.

Na América Latina, o cenário é singular. Os principais alvos do processo de controle e estrangeirização da terra na região são a Argentina e o Brasil, contudo os mesmos são importantes agentes na promoção do controle e estrangeirização da terra em outras nações, sobretudo limítrofes, como o caso dos brasileiros no Paraguai (GALEANO, 2012; PEREIRA, 2016a) e na Bolívia (McKAY; COLQUE, 2016), o que mostra a importância do capital regional (BORRAS JÚNIOR et al. 2012). Este papel da Argentina e do Brasil reflete na produção acadêmica sobre a temática, uma vez que estes países se sobressaem quando comparado aos demais países da região. As instituições e grupos de pesquisas brasileiros, além de se dedicar ao estudo do Brasil, empenham-se na pesquisa em outros países, como Bolívia (GIMENEZ, 2010), Moçambique (CLEMENTS; FERNANDES, 2013) e Paraguai (PEREIRA, 2016a), isto porque estes países são os principais alvos do capital brasileiro. Neste sentido, as instituições brasileiras dedicam-se a pesquisa do controle e estrangeirização da terra no Brasil e ao papel do Brasil na promoção dos mesmo processos em outros países.

Das 43 pesquisas/artigos publicados entre 2009 e 2017 em que o Brasil é a escala de análise, 41 foram desenvolvidas em instituições, majoritariamente em grupos de pesquisas vinculados em universidades. Dentre estes grupos e instituições, os mais presentes são o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), instalado na FCT/UNESP, onde o professor Bernardo Mançano Fernandes é pesquisador; o Laboratório de Geopolítica, Análise Regional e Teoria Social Crítica (GEOMUNDI), no Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE/UNESP), no qual coordenador é o Professor Samuel Frederico; na Universidade de Brasília (UnB), temos a figura do professor Sérgio Sauer e no Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA) está o professor Sérgio Pereira Leite. Isso não significa que apenas estas instituições e pesquisadores são importantes para o estudo do controle e estrangeirização da terra, mas sim que são as que apre-

sentam uma tradição mais antiga e pesquisadores que foram os primeiros a desenvolverem pesquisas sobre a temática no país, ou seja, são seminais.

Estas instituições e grupos de pesquisas, apesar possuírem como elo o estudo do atual controle e estrangeirização da terra, há diferentes tendências e enfoques em cada um, variando inclusive devido a área do conhecimento. No caso da Geografia, temos o NERA, que possui um enfoque maior nos impactos e nas resistências camponesas frente aos processos estudados, com uma escala de análise mais ampla, pois o grupo desenvolve pesquisas sobre o Brasil, Paraguai, Colômbia e Moçambique. O GEOMUNDI, que analisa o processo em si, relacionando-o sobretudo com os demais processos, como globalização e financeirização da agricultura, como é possível observarmos no trabalho de Frederico (2016). O GEOMUNDI também tem se dedicado a pesquisas no MATOPIBA, acrônimo formado a partir das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para a regionalização proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) compreendendo 337 municípios e se configurando na região do Brasil que atualmente mais recebe investimentos para a aquisição de terras pelo capital estrangeiro (VINHA; PEREIRA, 2016).

É interessante destacar a ligação das instituições e grupos de pesquisas brasileiros com o International Institute of Social Studies, uma vez que há um intercâmbio de pesquisadores e debates bastante próximos, o que mostra a influência do ISS nas pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra. É justamente o ISS o responsável pelos Países Baixos se destacar como país que mais desenvolve pesquisas sobre controle e estrangeirização da terra. A abordagem do ISS é ampla, abrigando pesquisas sobre distintos países e diferentes perspectivas da transformação agrária, tais como a financeirização da agricultura, resistência, luta pela terra, soberania alimentar, entre outras. Enfatizamos que mesmo que a pesquisa não seja desenvolvida integralmente no ISS, a maioria dos estudos sobre controle e estrangeirização da terra passam de alguma maneira pelo ISS, como o caso desta pesquisa, desenvolvida parte na UNESP e parte no ISS. Neste sentido, o ISS se configura como o principal *nó* de toda a rede de estudos sobre controle e estrangeirização da terra, possuindo um maior alcance no que se refere aos países objetos de análise e tornando-se a indispensável para as investigações que tem como objetivo as transformações agrárias.

Considerações finais.....

Os processos aqui chamado de controle e estrangeirização da terra adquirem forças e alienam territórios após o ápice da crise financeira em 2007/2008, momento caracterizado por uma convergência de crises em escala global. Apesar de se configurarem como processos antigos, o controle e estrangeirização da terra é materializado através de novas práticas, dinâmicas, agentes e discursos. Dentre a diversidade de novos elementos que definem o atual momento desta corrida mundial por terras, a inserção cada vez maior do capital financeiro devido à crise se sobreacumulação e em um contexto de financeirização há a necessidade de

diversificar o portfólio e uma das opções é a terra. Assim, o controle e estrangeirização da terra são as respostas a uma necessidade do capital.

Como a realidade está em movimento e o controle e estrangeirização da terra faz parte deste movimento, a academia, instituições multilaterais, governos e movimentos sociais debruçaram-se sobre os processos. Assim, desde 2009 a temática do controle e estrangeirização da terra torna-se cada vez mais recorrente na agenda de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e países. Esta ampliação das pesquisas nos permitem elencar duas fases distintas na produção acadêmica e institucional: a fase do *fazendo sentido* (*making sense*), de 2009 à 2012 e a fase do *aprofundando nossa compreensão* (*deepening our understanding*), de 2013 até 2017

A primeira fase foi marcada por questões mais amplas e o estudo do processo de controle e estrangeirização da terra em escala global, com o objetivo de compreender os impulsionadores (*drivers*) e os agentes (*players*), o que possibilitou a criação de uma série de discursos sobre a temática, reforçando a dicotomia *Norte-Rico-Apropriador* e *Sul-Pobre-Apropriado*. Já a segunda fase, que ainda está ocorrendo, há uma ascensão de estudos de caso, ou seja, pesquisas dedicadas a um país ou localidade específica, o que nos permite conceber o controle e a estrangeirização da terra no seu sentido mais completo, mostrando as contradições, os discursos e os reais impactos para aqueles que são os que mais sofrem com a intensificação desta corrida por terra: camponeses e comunidades tradicionais.

Dentre as diferentes áreas do conhecimento que se dedicam a pesquisa do controle e estrangeirização da terra destacamos a economia política, as relações internacionais, ciências sociais e geografia. Além de considerar os processos de controle e estrangeirização da terra a partir da economia política, que segundo Franco et al. (2013) é a lente mais adequada para analisar tais processos, é necessário entender a apropriação de terras pelo capital internacional a partir de uma leitura geográfica, ou seja, há a necessidade de incluir nas pesquisas a dimensão territorial, uma vez que com o controle e estrangeirização da terra há a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, há o surgimento de novas territorialidades, novas relações sociais e geopolíticas, envolvendo diferentes agentes em escala global.

Por fim, ressaltamos que é perceptível uma rede de pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra, onde os principais países estudados ainda são os do Sul global, embora a partir de 2013 pesquisas pontuais emergiram sobre os processos em países europeus. Os Países Baixos, através do International Institute of Social Studies, se configura como o principal nó da rede, abrigando pesquisas sobre o controle e estrangeirização da terra em uma gama de países diferentes. O Brasil acompanhou este movimento e apresenta atualmente uma gama ampla de pesquisas sobre os processos aqui estudados, o que permite a caracterização do Brasil como um nó essencial na América Latina. Esta mudança na agenda de pesquisa sobre as transformações agrárias é essencial para compreender o movimento complexo da realidade, para que assim de fato consigamos contribuir para a sociedade, sobretudo para aqueles mais afetados com o controle e estrangeirização da terra.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Estrutura Fundiária. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 355-360.
- ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 489-515, 2015.
- ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement. Global enclosures, food crisis, and the ecological contradictions of capitalism. **Review Political Economy Perspectives on the World Food Crisis**, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.
- ARAÚJO, Edson Aguiar de; PEREIRA, Lorena Izá. Banco de dados da luta pela terra: estrangeirização da terra no Brasil. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 28., 2016. Bauru. **Anais...** Bauru: DATALUTA, 2016. Disponível em: <prope.unesp.br/cic/admin/ver_resumo.php?area=100086&subarea=26369...>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.
- BORRAS JÚNIOR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras. Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. **ICAS Working Paper Series n. 001**, Transnational Institute, Land Deal Politics Initiative, 44 f., 2010.
- BORRAS JÚNIOR, Saturnino et al. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.
- BORRAS JÚNIOR, Saturnino et al. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 38, p. 75-103, 2013.
- BORRAS JÚNIOR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions 'from below'. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1723-1747, 2013.
- BRENT, Zoe. Territorial restructuring and resistance in Argentina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 03-04, p. 671-694, 2015.
- BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brillhante (MS): o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu**. 2016, 454 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2016.
- BUXTON, Abbi; CAMPANALE, Mark; COTULA, Lorenzo. **Farms and funds: investment funds in the global land rush**. London: International Institute of Environment and Development, 2012.
- CASTELLANELLI, Carlo Alessandro. A critique of the principles for responsible investment. **Mercator**, v. 16, p. 01-10, 2017.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 41, n. 2, p. 41-69, 2013.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Brazilian Policies and Strategies for rural territorial development in Mozambique: south-south cooperation and the case of ProSAVANA and PAA**. 2015, 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 18, Vitória. **Anais...** Vitória: CBG 2014.
- COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.
- V CRITICAL AGRARIAN STUDIES COLLOQUIUM, 5, The Hague. **Anais...**The Hague: ICAS, 2014.
- CRITICAL AGRARIAN STUDIES COLLOQUIUM, 6, The Hague. **Anais...**The Hague: ICAS, 2016.
- CRITICAL AGRARIAN STUDIES COLLOQUIUM, 7, Bilbao. **Anais...** Bilbao: ICAS, 2017.
- DEININGER, Klaus. Challenges posed by new wave of farmland investment. **The Journal of Peasant Studies**, v. 30, n. 2 p. 217-247, 2011.

- EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.
- EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JÚNIOR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.
- EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 09, p. 1.697-1.722, 2013.
- EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Ciclos de acaparamiento de tierras en Centroamérica: un argumento a favor de historizar y un estudio de caso sobre el Bajo Aguán, Honduras. **Anuario de Estudios Centroamericanos** n. 40, p. 195-228, 2014.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 11. Presidente Prudente. **Anais...Presidente Prudente**, ENANPEGE, 2015.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23, Aracajú. **Anais...Aracajú: ENGA**, 2016.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 28, São Luís. **Anais...São Luís: ENG**, 2016.
- ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15, Cuba. **Anais... Cuba: EGAL**, 2015.
- ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 16, La Paz. **Anais... La Paz: EGAL**, 2017.
- FAIRBAIRN, Madelaine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 05, p.777-795, 2014.
- FAIRBAIRN, Madelaine. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 04, p. 581-591, 2015.
- FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, p. 237-261, 2012.
- FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour comprendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A geopolítica da questão agrária mundial. **Boletim DATA-LUTA**, n. 18, p. 01-04, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- FRANCO, Jennifer et al. **L'Accaparement des terres**: un livret. Amsterdam: TNI, 2013.
- FREDERICO, Samuel. **Território, capital financeiro e agricultura**: investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. 2016. 213 f. Relatório de Pós Doutorado) - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces, Universidade Paris 8, França, 2016.
- GALEANO, Luis. Paraguay and the expansion of Brazilian and Argentinian agribusiness frontiers. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 458-470, 2012.
- GIMENEZ, Heloisa Marques. **O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira**: uma história comum. 2010, 323 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GLOBAL LAND GRABBING, 1. Sussex. **Anais... Sussex: Global Land Grabbing**, 2011.
- GLOBAL LAND GRABBING, 2. Cornell. **Anais... Cornell: Global Land Grabbing**, 2012.
- HALL, Ruth et al. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.
- HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HODGSON, Stephen; CULLINAN, Cormac; CAMPBELL, Karen. **Land ownership and foreigners**: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners. Roma: FAO Legals Papers, 1999.

- HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
- INTERNATIONAL CONFERENCE PROGRAM IN AGRARIAN STUDIES YALE UNIVERSITY, 1, Yale. **Anais...** Yale: ICAS, 2013.
- KAY, Cristóbal. Visión de la concentración de tierras en América Latina. In: SEMINARIO LA CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA: UN PROBLEMA PRIORITARIO EN EL ECUADOR CONTEMPORÁNEO. Quinto. **Anais...** Quito: FLACSO, 2012.
- LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- LIMA, Thiago; LEITE, Alexandre César Cunha. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? **Revista Moções**, n. 9, v. 5, p; 121-151, 2016.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O novo significado da questão agrária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL E VI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, Belém. **Anais...** Belém: SINGA, 2011. p. 01-12.
- MAKKI, Fouad; GEISLER, Charles. Development by dispossession: land grabbing as new enclosures in contemporary Ethiopia. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, 2011, Falmer. **Anais...** Falmer: University of Sussex, 06-08 apr. 2011, p. 01-22.
- MCMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.
- MCKAY, Ben; COLQUE, Gonzalo. Bolivia's soy complex: the development of 'productive exclusion'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 02, p. 583-610, 2016.
- MCKAY, Ben. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development**, v. 97, p. 199-211, 2017.
- MAMONOVA, Natalia. Resistance or adaptation? Ukrainain peasants' responses to large-scale land acquisitions. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 03-04, p. 607-634, 2015.
- MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 03-04, p. 517-539, 2015.
- MOREDA, Tsegaye. **The political economy of the land-livelihoods nexus in an era of ecological change and the global and rush: access to land, land conflict and large-scale land acquisitions in Ethiopia**, 2016, 339 f. Tese (Doctorate) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2016.
- MURMIS, Miguel; MURMIS, María Rosa. Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 490-508, 2012.
- NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Global agriculture towards 2050**. Roma: FAO, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Roma: FAO, 2012.
- OUMA, Stefan. Situating global finance in the land rush debate: a critical review. **Geoforum**, n. 57, p. 01-14, 2014.
- OYA, Carlos. Methodological reflections on "land grab" databases and the "land grab" literature "rush". **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013a.
- OYA, Carlos. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013b.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil**: um estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP). Presidente Prudente, 2015. 174 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015a.

PEREIRA, Lorena Izá. O processo de estrangeirização da terra no Paraguai: um estudo a partir das aquisições de terras por brasileiros e argentinos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente, **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 09 a 12 de out. 2015b. p. 1168-1179.

PEREIRA, Lorena Izá. Tudo para o capital transnacional: a apropriação de terras por estrangeiros no Paraguai. **Geografia em Questão**, v. 9, n. 2, p. 107-125, 2016.

PLOEG, Jan Bouwer van der; FRANCO, Jennifer; BORRAS JÚNIOR, Saturnino. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

PRETTO, José Miguel. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Relatório de pesquisa do programa de cooperação técnica 'Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural'. Brasília: NEAD, 2009.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Agrarian structure foreign investment in land and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.

SAUER, Sérgio; BORRAS JÚNIOR, Saturnino 'Jun'. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SINGA, 2013.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E VIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SINGA, 2015.

SIMPÓSIO DE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7, Araraquara. **Anais...** Araraquara: SRAEQR, 2016.

TRANSNATIONAL INSTITUTE. **Land concentration, land grabbing and people's struggles in Europe**. Amsterdam: TNI, 2013.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

VISSER, Oane. Finance and the global land rush: understanding the growing role of investment funds in land deals and large-scale farming. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 278-286, 2015.

WOERTZ, Eckart. The governance of Gulf agro-investments. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2013.

WORLD BANK. **World Bank Land and Poverty Conference**: Responsible land governance - towards an evidence-based approach. Washington D.C., 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Histórico**. São Paulo: FCT, 2017. Disponível em: < <http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta> > Acesso em: 23 nov. 2017.